

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, DO TRABALHO, DO ESPORTE, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 1.315, DE 2026

Apresentação: 28/04/2026 09:52:48.040 - PLEN
PRLP 1 => PL 1315/2026

PRLP n.1

PROJETO DE LEI Nº 1.315, DE 2026

Dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da seleção brasileira do *1988 FIFA Women's Invitation Tournament*.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Deputada GLEISI HOFFMANN

I - RELATÓRIO

O projeto de lei nº 1.315, de 2026, de autoria do PODER EXECUTIVO, dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA 2027 no Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da seleção brasileira do *1988 FIFA Women's Invitation Tournament*. São tratados no projeto:

- a) a garantia de direitos e deveres dos diversos agentes envolvidos na organização e na execução do evento;
- b) a definição de responsabilidades da Administração Pública, da FIFA e das entidades envolvidas; e



- c) o estabelecimento da concessão de prêmio às jogadoras da seleção brasileira do Campeonato Mundial de Junho de 1988, a exemplo do que foi realizado na Copa do Mundo FIFA 2014.

A Exposição de Motivos (EM) nº 391/2026 informa sobre a escolha, em 17 de maio de 2024, do Brasil como país-sede da Copa do Mundo Feminina FIFA 2027, que ocorrerá no período de 24 de junho a 25 de julho de 2027, em oito cidades-sede, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, todas elas com experiência na Copa do Mundo FIFA 2014.

Ainda segundo a EM nº 391/2026, “a realização da Copa 2027 no Brasil fortalece o papel das mulheres na prática do futebol, dando visibilidade à participação feminina na modalidade e propiciando outros benefícios em favor da prática esportiva, como a modernização de instalações para treinamento e realização de competições regulares, além do intercâmbio internacional. A expectativa da FIFA é alcançar um público de mais de três milhões de torcedores, o que movimentará a economia brasileira e projetará o Brasil como potência esportiva.”

O projeto também “autoriza o pagamento de prêmio no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para as atletas pioneiras, as dezoito jogadoras da seleção brasileira feminina de futebol que conquistaram o bronze no Campeonato Mundial realizado na China, em 1988. Nos termos da EM nº 391/2026, essas “jogadoras foram motivo de orgulho e elevaram o prestígio do Brasil no cenário internacional, consolidando o país como uma potência do futebol feminino. O pagamento do prêmio é uma reparação histórica e reforça o papel das mulheres na modalidade.”

Considero significativo apontar que o Brasil participou de todas as 9 edições da Copa Feminina de Futebol, ficando em terceiro lugar em 1999 e sagrando-se vice-campeã na China em 2007.

A maior artilharia das Copas, incluindo a feminina e a masculina, pertence a uma mulher e é do Brasil. Marta Vieira da Silva possui 17 gols marcados em 22 jogos em 6 copas do mundo de que participou. Depois



dela vem o alemão Miroslav Klose com 16 gols. “Rainha Marta”, como é carinhosamente conhecida, é uma força histórica que quebrou paradigmas e com sua trajetória influenciou e impulsionou várias outras atletas do esporte, mostrando que futebol é sim coisa de mulher.

A matéria foi despachada às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN, do Trabalho – CTRAB, do Esporte – CESPO, de Finanças e Tributação - CFT (mérito e art. 54 do RICD) e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC (art. 54, RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

Tendo sido designada relatora no Plenário, apresento agora meu voto em substituição às comissões.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

II.1 - Mérito

A história do futebol feminino é marcada pela proibição oficial, pela resistência contra o preconceito e pela busca por reconhecimento. O esporte enfrentou por décadas a luta para se profissionalizar. A primeira Copa do Mundo Feminina FIFA se concretizou apenas em 1991.

No final do Século 19 já havia atletas mulheres fazendo gols, dribles e história, especialmente na Inglaterra. No entanto, em 1921, quando o esporte começou a ganhar popularidade, foi banido pela Federação Inglesa (FA). Essa proibição durou 50 anos e influenciou todo o mundo, inclusive o Brasil.

Durante o governo de Getúlio Vargas, o Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, proibiu às mulheres a prática de esportes considerados "incompatíveis com as condições da natureza feminina". A norma, que durou



mais de 40 anos, afetou principalmente as modalidades do futebol, das lutas e do halterofilismo.

As mulheres só voltariam a entrar em campo livremente no Brasil com o fim da ditadura militar. Em 1983, o Conselho Nacional de Desportos (CND) considerou o futebol feminino aceitável, o regulamentou e o oficializou.

A partir disso, novos times começaram a surgir. Mas, com tantas décadas de proibição, infelizmente o esporte feminino perdeu força e, até hoje, está tentando garantir o merecido espaço.

Como muitas práticas sociais, o futebol foi historicamente associado à masculinidade e, por tabela, ao poder. O estereótipo da fragilidade feminina foi utilizado também nesse caso como justificativa para a primazia masculina na prática do futebol.

É evidente que nenhum esporte pode ser considerado masculino ou feminino por si mesmo. Esporte é uma construção, uma interpretação cultural. Como invenção humana, ele ganha o significado que lhe damos. Sendo construído, o significado cultural também pode ser desconstruído.

Futebolistas mulheres são lutadoras que seguem fazendo essa desconstrução. Desafiaram desde o início o rótulo de seres delicados, passivos e vulneráveis e assumiram sua resiliência, inteligência, força física e autonomia.

Mas trata-se de um processo, não de um evento único. Quatro décadas sem mulheres no futebol deixaram um prejuízo incalculável que o Estado tem o dever de ajudar a recuperar. Mesmo liberado, o futebol feminino não foi imediatamente levado a sério. Em menor grau, ainda existe a crença de que futebol não é para mulher. Grande parte dos brasileiros não está acostumada a nos ver jogando futebol. Alguns até se incomodam, repudiam. Muitas jogadoras que hoje são profissionais tiveram de enfrentar a família e até sair de casa para se dedicarem ao futebol.

O poder público tem hoje a obrigação de promover o futebol feminino. Se foi o Estado, em tempos de ditaduras, que proibiu o esporte por tanto tempo e gerou as dificuldades que vemos agora, nada mais justo do que promover, na democracia, as medidas de reparação.



É isso que o governo do presidente Lula está fazendo. Como bom técnico no comando do país, dirige o time que assume sua responsabilidade no campo da inclusão e no desenvolvimento da nação. Ao investir em um grande evento, cria empregos, estimula a economia do turismo e melhora a infraestrutura, com legado de grandes obras.

A realização da Copa Feminina de Futebol no Brasil no ano de 2027 é uma grande vitória para o Brasil, para o futebol e para as mulheres.

Nosso país, que sediou a Copa do Mundo FIFA 2014, amplamente considerado um sucesso esportivo e técnico, e citado como uma das melhores da história, repetirá agora o placar; não do jogo contra a Alemanha, é claro, mas do jogo em que é craque e ganha de goleada: a competência técnica e logística, a alegria de nosso povo e a receptividade com que tratamos nossos visitantes.

Desse modo, o projeto ora examinado é meritório e oportuno ao trazer à apreciação desta Casa as medidas legais necessárias à realização da Copa do Mundo Feminina FIFA 2027, conforme as garantias asseguradas, *ad referendum*, à FIFA, quando da candidatura para sediar o megaevento.

No Capítulo II, o projeto disciplina a venda de ingressos com proteção ao consumidor, ao assegurar informação sobre partida, preço, categoria e fase da competição, bem como o direito a reembolso ou ao comparecimento em nova data em caso de remarcação. Também admite a transferência e a revenda de ingressos mediante taxa de conveniência e preserva, para os ingressos vendidos em reais no território nacional, o exercício do direito à meia-entrada de idosos, jovens de baixa renda, estudantes e pessoas com deficiência. O Capítulo III trata das condições para o acesso e a permanência nos locais oficiais. Reproduz importantes exigências consolidadas na legislação esportiva brasileira que regula o acesso a competições esportivas, com vistas a promover a segurança dos torcedores e a coibir atos ofensivos, violentos, racistas, xenófobos, discriminatórios ou preconceituosos.

O Capítulo IV, que abrange os arts. 12 a 16, trata dos vistos de entrada e das autorizações de residência laboral, com o objetivo de facilitar, de forma temporária, a concessão desses documentos a migrantes credenciados



ou convidados pela FIFA, a torcedores e a estrangeiros contratados para atividades vinculadas à Copa do Mundo Feminina FIFA 2027. A medida segue precedente já adotado pelo Brasil em grandes eventos internacionais, como na Lei nº 12.663, de 2012, e prevê emissão prioritária, eletrônica e sem discriminação, em conformidade com a Constituição e com a Lei de Migração, sem afastar a possibilidade de negativa por razões de segurança nacional, o que reforça seu caráter excepcional, proporcional e necessário para a adequada organização do evento.

No Capítulo V, o projeto estabelece regras especiais e temporárias de trabalho para viabilizar a realização do evento, harmonizando a legislação trabalhista brasileira com os compromissos internacionais assumidos pelo País. Para tanto, assegura isonomia entre trabalhadores diretos e indiretos, admite a flexibilização da jornada por meio de banco de horas e o trabalho em dias de repouso, sempre com compensação ou remuneração adicional nos termos da lei, além de disciplinar o serviço voluntário de modo a garantir segurança jurídica às entidades organizadoras e aos voluntários, com explicitação da ausência de vínculo empregatício e da natureza indenizatória dos ressarcimentos eventualmente concedidos.

Os arts. 22 a 30 do Capítulo VI definem a coordenação da União nas ações necessárias à realização dos eventos oficiais, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com previsão de serviços públicos essenciais, controle aduaneiro e sanitário nas fronteiras e uso excepcional de aeródromos militares para fins civis, sob condições legais e operacionais específicas.

Já os arts. 31 a 36 estruturam um modelo de segurança integrada, com coordenação nacional pela Polícia Federal, criação da Força-Tarefa Nacional e possibilidade de comitês estaduais, assegurando a proteção de atletas, torcedores, delegações e demais envolvidos nos eventos oficiais, ao mesmo tempo em que resguardam a soberania e a segurança nacional.

Sob o ponto de vista da administração pública, o regime especial de contratação, notadamente a dispensa de licitação para a Telebrás em serviços de telecomunicação, demonstra a compreensão pragmática e



estratégica da necessidade de segurança cibernética e soberania de dados em um cenário de exposição global, protegendo a infraestrutura das lentidões habituais sem abdicar da fiscalização e do controle de preços inerentes ao dever de probidade.

No Capítulo VII, a estrutura de responsabilidade civil desenhada, ao prever assunção de riscos pela União com direito de sub-rogação, equilibra a necessidade de segurança jurídica aos parceiros internacionais com a proteção intransigente do patrimônio público contra enriquecimento sem causa de terceiros. Harmonizam-se as garantias governamentais com a supremacia do interesse público.

A premiação concedida no Capítulo VIII às jogadoras, titulares ou reservas, da seleção brasileira feminina de futebol que conquistou a medalha de bronze no torneio internacional organizado pela FIFA em 1988, precursor da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991, constitui-se de iniciativa similar à da Lei nº 12.663, de 2012 (Lei Geral da Copa 2014), para os jogadores da seleção masculina de futebol campeões mundiais. É a devida homenagem às jogadoras que contribuíram para o reconhecimento brasileiro na modalidade que é um dos símbolos mais marcantes da identidade brasileira.

No entanto, nesse ponto do prêmio precisamos fazer um pequeno adendo.

A seleção de 1988 foi formada em um contexto embrionário de regulamentação da modalidade no país, concentrando, majoritariamente, atletas do eixo Rio–São Paulo. Em 1991, para a primeira Copa Feminina Oficial da FIFA, a seleção brasileira expressava a ampliação territorial, como resultado do processo desencadeado pelo próprio Torneio Experimental, que levou à criação da Copa do Mundo. Mesmo diante do baixo investimento da CBF à época, clubes e jogadoras sustentaram a modalidade com resistência e protagonismo.

Desse modo, é correta e justa a inclusão das atletas que representaram o Brasil na I Copa do Mundo de Futebol Feminino (China, 1991), primeira edição oficial da competição organizada pela FIFA. Trata-se de



um critério objetivo e incontornável: 1991 marca o reconhecimento institucional do futebol feminino em âmbito mundial.

Com a inclusão das atletas de 1991, o total passa a 30 ao invés de 18. Nada obstante, não se trata de redistribuição do valor, mas de ampliação do alcance da política de reconhecimento e reparação histórica. Tal medida se justifica, inclusive, pela condição de vulnerabilidade econômica que ainda atinge parte significativa dessa geração pioneira.

As disposições finais estabelecidas no Capítulo IX trazem outras medidas excepcionais, em consonância com a relevância do evento esportivo e as garantias oferecidas quando da candidatura do Brasil para sediar o evento, tais como a autorização para o estabelecimento de feriados nacionais nos dias em que houver jogo da seleção brasileira, a determinação para que os sistemas de ensino ajustem as férias escolares para o período entre a abertura e o encerramento da competição, entre outras.

Por fim, é importante observar que não constam do projeto as medidas relativas à proteção especial à propriedade intelectual, aos direitos de mídia e de marketing relacionados aos eventos, às restrições das vias de acesso e à captação de imagens ou sons, radiodifusão, bem como às sanções civis no caso de descumprimento dessas situações. Esses temas estão propostos na Medida Provisória nº 1.335, de 23 de janeiro de 2026.

Por tratarem do mesmo evento, compartilharão conceitos e serão complementares, aproveitando a oportunidade da tramitação desta proposição para nela incorporar os dispositivos da MPV nº 1.335/2026. Eles passam a integrar Substitutivo ao projeto, onde estão na maior parte organizados na forma do Capítulo IX.

Também levamos ao Substitutivo a supressão da expressão “opinião política” constante dos incisos IV e V do art. 11 do projeto, solicitada pelos Deputados Carlos Jordy e Evair Vieira de Melo.

Esse artigo estabelece as condições para o acesso e a permanência de qualquer pessoa nos locais oficiais da Copa. Os incisos IV e V incluem dentre as condições proibidas para permanência, resumidamente, a veiculação de mensagens ofensivas (IV) e a prática de xingamentos (V)



fundadas em preconceitos e discriminações, dentre eles o de opinião política. O que se proíbe é a ofensa e a discriminação e não a expressão. Tanto assim é que o art. 11, § 1º, que complementa o *caput* do artigo, expressamente ressalva “o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana”. (grifos nossos).

Sendo assim, a supressão da expressão “opinião política” da lista, exemplificativa, dos incisos IV e V não vai de encontro ao direito de a entidade organizadora da COPA retirar dos estádios os torcedores que usarem mensagens ou xingamentos ofensivos, de qualquer natureza. A manutenção da expressão nos incisos IV e V, no entanto, pode sugerir que o projeto esteja autorizando a censura política. Para que não haja dúvidas da garantia ao direito constitucional da livre expressão, propõe-se suprimir “opinião política” do art. 11.

A última mudança incluída no Substitutivo se refere à inclusão de dispositivo (art. 45) para dispor que as atividades de patrocínio, a promoção de marcas e a venda de produtos, incluindo bebidas alcoólicas, ficam autorizadas em locais oficiais, inclusive na FIFA Fan Festival, nos locais das competições e nas respectivas transmissões, realizadas pela FIFA ou por seus parceiros comerciais, no território nacional, nos termos desta Lei.

Conclui-se, no mérito, que as medidas previstas no projeto e incorporados ao Substitutivo são oportunas e compatíveis com a importância da Copa do Mundo Feminina FIFA 2027 e com os compromissos assumidos pelo Brasil em sua candidatura. Trata-se de matéria de elevada relevância esportiva, social e institucional, cujos princípios favorecem o desenvolvimento e a promoção do futebol feminino, ampliam sua visibilidade, fortalecem a formação de atletas e de público, contribuem para a igualdade racial e de gênero e para o enfrentamento da discriminação e da violência contra as mulheres, além de consolidarem a imagem do Brasil como país apto a sediar grandes eventos esportivos internacionais e a construir legado duradouro para o esporte.



II.2 - Adequação orçamentária e financeira

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a Norma Interna prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da Norma Interna define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Como se percebe, o projeto gera aumento de despesas da União, dada a concessão de prêmio às jogadoras da seleção brasileira que participaram do campeonato mundial da FIFA de 1988, e das atletas que representaram o Brasil na I Copa do Mundo de Futebol Feminino (China, 1991), a ser pago uma única vez a cada jogadora. Pelo fato de se submeter à disponibilidade orçamentária e financeira, a despesa dele decorrente é classificada como despesa discricionária. Portanto não se insere entre as consideradas obrigatórias de caráter continuado. Dessa forma, ao projeto deve ser aplicado o disposto no art. 143 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 – LDO 2026 (Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025).

Assim sendo, o projeto deve estar acompanhado das estimativas de impacto orçamentário e financeiro para o exercício em que entrará em vigor, e os dois subsequentes, com as premissas e metodologias de cálculo. A Exposição de Motivos EXM nº 391/2026, que acompanha o projeto, estimou o impacto em R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) em 2026, o ano



calendário de sua implementação, e essa despesa será custeada com orçamento previsto do Ministério do Esporte, não havendo despesas em 2027 e 2028. Esse montante é considerado como despesa irrelevante, nos termos do art. 182, § 1º, da LDO 2026, por não ultrapassar a 0,001% da Receita Corrente Líquida realizada em 2025 (valor aproximado de R\$ 15 milhões).

O projeto se mostra compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias. Conforme a Exposição de Motivos, a realização da Copa do Mundo Feminina FIFA 2027 está vinculada às diretrizes, aos objetivos e às metas do Governo Federal, dispostos no Plano Plurianual, em especial no Programa “Esporte para a Vida”, do Ministério do Esporte, e sua realização contribuirá para o alcance de objetivos como viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva; ampliar o acesso e a profissionalização do futebol feminino; e fomentar a prática de futebol feminino em todas as regiões do Brasil.

Importa esclarecer que o substitutivo mantém a adequação orçamentária e financeira, mesmo diante da alteração do impacto orçamentário por incluir jogadoras de 1991, O total passa a ser de 30 atletas ao invés de 18, então, em vez de 9 milhões serão 15 milhões, atendendo igualmente ao limite de 0,001% da Receita Corrente Líquida realizada em 2025.

II.3 - Constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa

Quanto à constitucionalidade formal do projeto e do Substitutivo, observa-se a sua compatibilidade com a Constituição cidadã de 1988.

De fato, a proposição e o Substitutivo atendem aos preceitos constitucionais relativos à competência da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa do Poder Executivo, nos exatos termos dos arts. 22, 24, 48 e 61 da Constituição Federal.

No que se refere à constitucionalidade material, verifica-se, igualmente, plena harmonia entre as alterações propostas e as disposições da



Lei Maior, uma vez que o projeto e o Substitutivo concretizam o dever do Estado de fomento às práticas desportivas e os direitos das mulheres, dos consumidores e dos trabalhadores envolvidos com a Copa do Mundo Feminina FIFA 2027.

Especificamente quanto aos direitos das mulheres, registre-se que o projeto: assegura a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no esporte; confere especial atenção à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio; estimula a ampliação da participação de meninas e mulheres na prática esportiva; e promove a igualdade racial e de gênero e o enfrentamento de todas as formas de discriminação no esporte, o que evidencia a plena compatibilidade da proposta com os valores estruturantes do projeto de Estado e de sociedade concebido pelos constituintes de 1988.

No que tange à juridicidade, o projeto e o Substitutivo revelam-se adequados, uma vez que o meio normativo eleito é idôneo para o alcance dos objetivos pretendidos, e o respectivo conteúdo apresenta generalidade e conformidade com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, a proposição e o Substitutivo amoldam-se aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis.

II.4 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.315, de 2026, com o Substitutivo anexo.

No âmbito das Comissões do Trabalho e do Esporte, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.315, de 2026, na forma do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº



1.315, de 2026, e do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e, no mérito, pela aprovação do referido projeto, na forma do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.315, de 2026, e do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2026.

Deputada GLEISI HOFFMANN

Relatora

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.315, DE 2026

Dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association – FIFA 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da seleção brasileira do 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA em 1991.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em razão do relevante interesse público no que se refere à promoção dos direitos constitucionais ao esporte, à saúde e ao lazer, e da importância nacional do futebol feminino, esta Lei dispõe sobre:



I - as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association – FIFA 2027 na República Federativa do Brasil e aos eventos a ela relacionados; e

II - a concessão de prêmio às jogadoras da seleção brasileira do 1988 FIFA *Women's Invitation Tournament* e da Copa do Mundo Feminina FIFA de 1991.

Art. 2º A realização da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, respeitadas as competências constitucionais dos entes federativos e a autonomia das entidades de administração do desporto, observará os seguintes princípios:

I - promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no esporte, inclusive quanto a acesso, permanência, condições de participação e valorização profissional e exercício pleno do direito fundamental ao esporte;

II - garantia e promoção dos direitos das mulheres, com especial atenção à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio;

III - estímulo à ampliação da participação de meninas e mulheres na prática esportiva, financeiro, na formação, na arbitragem, na gestão, na direção técnica e nas demais atividades relacionadas ao futebol;

IV - promoção da igualdade racial e de gênero e enfrentamento de todas as formas de discriminação no esporte; e

V - consolidação do legado social e esportivo da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, consideradas as estratégias nacionais destinadas ao desenvolvimento do futebol feminino.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - associação anfitriã - a Confederação Brasileira de Futebol – CBF;

II - associações estrangeiras membros da FIFA - as associações de futebol de origem estrangeira, oficialmente afiliadas à FIFA, participantes ou não da competição ou dos eventos oficiais;



III - contratada da FIFA - pessoa natural ou jurídica, incluídos seus eventuais subcontratados, que tenha celebrado relação contratual com a FIFA, em conexão com os eventos oficiais, incluídos, exemplificativamente, fornecedores da FIFA de serviços de hospitalidade, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens, ou outros licenciados ou autorizados pela FIFA;

IV - confederações reconhecidas pela FIFA:

a) a Confederação Asiática de Futebol (Asian Football Confederation – AFC);

b) a Confederação Africana de Futebol (Confédération Africaine de Football – CAF);

c) a Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football – Concacaf);

d) a Confederação Sul-Americana de Futebol (Confederación Sudamericana de Fútbol – Conmebol);

e) a Confederação de Futebol da Oceania (Oceania Football Confederation – OFC); e

f) a União das Associações Europeias de Futebol (Union des Associations Européennes de Football – Uefa);

V - competição - a Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, a ser realizada na República Federativa do Brasil em 2027, incluídas partidas, cerimônias de abertura e encerramento, e premiação;

VI - delegação da FIFA - pessoas naturais nomeadas pela FIFA em conexão com os eventos oficiais, incluídos funcionários, consultores, contratados, dirigentes e representantes da FIFA, árbitros, equipe médica, assessores de imprensa e convidados da FIFA;

VII - delegação das seleções - pessoas naturais nomeadas pelas associações estrangeiras membros da FIFA ou pela associação anfitriã, incluídos, exemplificativamente, funcionários, dirigentes, representantes, jogadores, treinadores, equipe médica, assessores de imprensa e convidados das seleções nacionais de futebol feminino participantes dos eventos oficiais;



VIII - direitos de marketing - todos os direitos de publicidade, incluídos os promocionais, de associação, de merchandising, de patrocínio, de hospitalidade, de viagem e turismo, de bilheteria, de acomodação, de publicação, de apostas ou jogos, de e-sports, digitais, de varejo, de música, de website e internet, e quaisquer outros direitos de se associar aos eventos oficiais, desde que tais direitos não sejam de mídia;

IX - direitos de mídia - compreendem os direitos de relatar, registrar, transmitir ou, de outra forma, utilizar imagens estáticas, imagens em movimento, conteúdo de áudio, conteúdos audiovisuais, textos e dados, por qualquer meio de mídia ou tecnologia, relacionados aos eventos oficiais, inclusive o direito de arena, à cobertura jornalística, à transmissão de feeds audiovisuais, aos comentários de rádio, à produção e à exploração de filmes e programas oficiais, bem como direitos de exibição pública e de bordo;

X - emissora fonte da FIFA - pessoa jurídica licenciada ou autorizada pela FIFA, com base em relação contratual, responsável pela prestação de serviços de produção de conteúdos e materiais sujeitos a direitos de mídia, relativos a quaisquer aspectos dos eventos oficiais;

XI - eventos oficiais - a competição e quaisquer eventos ou atividades, direta ou indiretamente relacionados à competição, que sejam oficialmente organizados, apoiados ou aprovados pela FIFA, incluídos, exemplificativamente:

a) congressos da FIFA e outras cerimônias, sorteios da competição, lançamentos de mascote e outras atividades de lançamento;

b) eventos de comemoração da FIFA e os FIFA Fan Festivals;

c) eventos de sustentabilidade da FIFA;

d) seminários, reuniões, conferências, workshops, convenções e coletivas de imprensa;

e) atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, quaisquer programas sociais ou de desenvolvimento, ou projetos beneficentes similares vinculados à FIFA;

f) sessões de treino de preparação para a competição;



g) eventos de teste e competições adicionais ou partidas, cujas organização e realização no País, antes da competição, sejam determinadas pela FIFA, tais como competições-teste operacionais, partidas amistosas, partidas classificatórias e torneios de repescagem classificatórios; e

h) outras atividades consideradas relevantes pela FIFA para realização, organização, preparação, marketing, divulgação, promoção ou encerramento dos eventos oficiais;

XII - Fédération Internationale de Football Association – FIFA - associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol, incluídas quaisquer entidades direta ou indiretamente por ela controladas, inclusive subsidiárias estabelecidas no País ou no exterior, existentes ou que venham a ser criadas, independentemente dos respectivos objetos sociais;

XIII - FIFA Fan Festival - área de entretenimento para torcedores, com marca oficial, estabelecida em qualquer cidade-sede da competição ou em outros locais determinados pela FIFA, que ofereça aos visitantes a oportunidade de assistir às partidas;

XIV - garantias - garantias emitidas à FIFA pelo Governo federal, no contexto da candidatura da República Federativa do Brasil para sediar a competição;

XV - ingressos - documentos ou produtos físicos, digitais ou eletrônicos, emitidos pela FIFA, que possibilitam o ingresso em eventos oficiais, incluídos, quando aplicável, pacotes de hospitalidade e similares;

XVI - locais oficiais - locais oficialmente definidos pela FIFA relacionados aos eventos oficiais ou qualquer local onde o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela FIFA ou de ingresso, incluídos, exemplificativamente, estádios, centros de treinamento, centros de mídia, centros de credenciamento, centros internacionais de transmissão, locais de sorteio da competição, locais de workshop das seleções, centro de bases das associações estrangeiras membros da FIFA, centro de bases da associação anfitriã, centro de base dos árbitros, localizados ou não nas cidades-sede dos eventos oficiais;



XVII - parceiros comerciais da FIFA - pessoas naturais ou jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em relação contratual, às quais tenham sido concedidos, total ou parcialmente, direitos em relação à FIFA ou aos eventos oficiais, incluídos, exemplificativamente, direitos de mídia e de marketing, de patrocínio, de licenciamento ou comerciais de qualquer natureza;

XVIII - partida - evento esportivo consistente em jogo de futebol realizado como parte da competição ou de outro evento oficial;

XIX - propriedade intelectual dos eventos oficiais - todo e qualquer direito de propriedade intelectual relacionado aos eventos oficiais, inclusive, exemplificativamente, aqueles resultantes dos símbolos oficiais, dados relacionados aos eventos oficiais e quaisquer marcas, designs, nomes, designações, símbolos, músicas ou sons de identificação, logotipos, mascotes, emblemas, slogans, troféus e outras representações artísticas ou ortográficas que se refiram ou se associem à competição ou aos eventos oficiais, ou qualquer produto decorrente da distribuição ou exploração dos direitos de mídia ou dos direitos de marketing;

XX - representantes de mídia - pessoas naturais vinculadas a entidades de mídia para as quais a FIFA conceda credenciais oficiais de mídia, para fins de cobertura dos eventos oficiais; e

XXI - símbolos oficiais - sinais visivelmente distintivos, emblemas, slogan oficial, cartas oficiais, troféu oficial, incluídos representações bidimensionais ou tridimensionais, nome oficial e suas abreviações, marcas, design, mascotes, lemas, logos, música, som, título e qualquer outro símbolo de propriedade da FIFA.

CAPÍTULO II

DA VENDA DE INGRESSOS

Art. 4º O direito à informação do adquirente dos ingressos será assegurado, no mínimo, mediante a identificação da partida a ser disputada, do preço, da categoria de ingresso e da fase da competição.



§ 1º Desde que previamente informado ao torcedor, a venda de ingressos poderá ser iniciada antes da disponibilização de outras informações, tais como:

I - as seleções participantes da partida;

II - o local onde a partida será disputada; e

III - o local exato ou o setor onde estará localizada a categoria de ingressos ou o assento adquirido.

§ 2º A FIFA poderá modificar datas, horários ou locais das partidas, desde que seja concedido ao torcedor o direito ao reembolso do valor do ingresso ou o direito de comparecer à partida remarcada.

Art. 5º O preço de comercialização dos ingressos será determinado pela FIFA, a qual fica expressamente autorizada a adotar sistema de preço dinâmico por partida, bem como a comercializar ingressos em moeda estrangeira fora do território nacional.

Parágrafo único. Caso a FIFA decida adotar o sistema de preço dinâmico, o preço de cada ingresso será informado ao torcedor no momento da compra do ingresso, durante o processo de compra.

Art. 6º Independentemente de adotar ou não o sistema de preço dinâmico, a FIFA poderá determinar os preços dos ingressos, obedecidas as seguintes regras:

I - os ingressos:

a) poderão ser eletrônicos;

b) serão personalizados com a identificação do comprador; e

c) serão classificados em diferentes categorias de preço;

II - os ingressos de todas as categorias serão vendidos para todas as partidas; e

III - as categorias de preços de ingressos serão apresentadas em ordem decrescente.

§ 1º Não haverá obrigatoriedade de concessão de desconto para a compra de ingressos ou de oferecimento de gratuidade.



§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - ao art. 23 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

II - ao art. 23 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013; e

III - à Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos ingressos comercializados em moeda estrangeira fora do território nacional.

Art. 7º A venda de ingressos poderá ser realizada por meio exclusivamente eletrônico, admitidos os meios de pagamento definidos pela FIFA, à qual caberá a prerrogativa de restringir pagamentos em espécie.

Art. 8º Compete exclusivamente à FIFA definir os critérios de localização das categorias de ingressos nos setores de cada estádio, incluídos a alocação, a realocação, a marcação, a remarcação e o cancelamento de assentos nos locais oficiais.

Parágrafo único. A localização, incluídos os limites físicos de uma categoria de ingressos para a outra, em cada estádio, poderá variar de partida para partida, de forma que o mesmo assento ou setor poderá ser classificado em diferentes categorias em partidas diferentes.

Art. 9º A venda, o cancelamento, a revenda e a transferência de ingressos para os eventos serão realizados de acordo com a política de ingressos da FIFA.

§ 1º A FIFA deverá disponibilizar plataforma oficial de venda, revenda e transferência gratuita de ingressos na internet que permita ao titular da compra:

I - oferecer seus ingressos para revenda ao público em geral, mediante taxa de conveniência de até 20% (vinte por cento) do valor final do ingresso; ou

II - transferir seus ingressos a torcedores específicos, sem nenhuma taxa adicional.



§ 2º A revenda e a transferência gratuita de ingressos poderão ocorrer até sete dias depois da compra, desde que sejam efetuadas até vinte e quatro horas antes do evento.

Art. 10. As disposições deste Capítulo aplicam-se a todas as partidas realizadas como eventos oficiais.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS LOCAIS OFICIAIS

Art. 11. São condições para o acesso e a permanência de qualquer pessoa nos locais oficiais, entre outras:

I - estar na posse de ingresso ou documento de credenciamento, devidamente emitido pela FIFA, por pessoa ou entidade por ela indicada;

II - não portar objeto que possibilite a prática de atos de violência;

III - consentir na revista pessoal de prevenção e segurança;

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista, xenófobo ou fundadas em preconceitos de raça, etnia, nacionalidade, gênero, idioma, religião, condição econômica, orientação sexual ou qualquer outra forma de discriminação;

V - não entoar xingamentos ou cânticos discriminatórios, racistas, xenófobos ou fundados em preconceitos de raça, etnia, nacionalidade, gênero, idioma, religião, condição econômica, orientação sexual ou qualquer outra forma de discriminação;

VI - não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo;

VII - não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos, inclusive



instrumentos dotados de raios laser ou semelhantes, ou que os possam emitir, exceto se pertencer à equipe autorizada pela FIFA, para fins artísticos;

VIII - não incitar e não praticar atos de violência de qualquer natureza;

IX - não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita a competidores, representantes de mídia, autoridades ou seleções nacionais; e

X - não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável.

§ 1º É ressalvado o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana.

§ 2º O não cumprimento de condição estabelecida neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso da pessoa no local oficial ou o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais.

CAPÍTULO IV

DOS VISTOS DE ENTRADA E DAS AUTORIZAÇÕES DE RESIDÊNCIA LABORAL

Art. 12. Vistos temporários serão concedidos aos migrantes credenciados ou convidados pela FIFA, considerando-se documentação suficiente para concessão um documento de viagem válido, uma fotografia no padrão da Organização da Aviação Civil Internacional – ICAO e um dos seguintes documentos:

I - uma credencial ou confirmação de credencial emitida pela FIFA; ou

II - uma carta-convite emitida pela FIFA.

§ 1º O visto temporário de que trata o caput permitirá múltiplas entradas e terá prazo de validade e de permanência até 31 de dezembro de 2027.



§ 2º O beneficiário dos vistos previstos no caput fica autorizado a desempenhar todas as atividades e funções necessárias à realização dos eventos oficiais, desde que cumpra os requisitos previstos no art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

§ 3º A FIFA disponibilizará meios para que as autoridades migratórias e os transportadores aéreos, terrestres e marítimos possam consultar, de forma digital, a autenticidade dos documentos de que tratam os incisos I e II do caput.

Art. 13. Vistos de visita serão concedidos para torcedores que possuam ingressos ou confirmação de aquisição de ingressos para qualquer partida e que comprovem possuir meio de transporte para entrada e saída do território nacional, aplicadas, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Parágrafo único. O visto de visita concedido nos termos do disposto no caput observará o procedimento e as condições previstas no art. 15 desta Lei e será válido para a entrada no território nacional até a data da última partida, limitada a estada de seu detentor ao prazo improrrogável de noventa dias, contado da data da primeira entrada no País.

Art. 14. Vistos e autorizações de residência laboral serão concedidos aos migrantes que venham a ser contratados por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras para atividades ou funções necessárias à realização dos eventos oficiais.

§ 1º O disposto no art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, aplica-se às autorizações de residência de que trata o caput deste artigo.

§ 2º O disposto no art. 15 desta Lei aplica-se aos vistos e às autorizações de residência laboral de que trata o caput deste artigo.

§ 3º O prazo de validade do visto e da autorização de residência laboral deverá coincidir com o termo do contrato de trabalho do empregado ou, no caso de contrato por prazo indeterminado, o tempo necessário para o desempenho da função relacionada aos eventos oficiais.



Art. 15. Os vistos e as autorizações de residência laboral previstos nos art. 12, art. 13 e art. 14 deverão ser concedidos sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, à raça, ao credo, ao gênero ou a outro critério discriminatório, e serão emitidos em caráter prioritário e de forma eletrônica.

§ 1º O migrante que se encontre no território nacional poderá solicitar a alteração da situação migratória para exercer atividades vinculadas aos eventos oficiais, ainda que em caráter voluntário, desde que esteja em situação migratória regular.

§ 2º O disposto neste Capítulo não afasta a possibilidade de denegação de visto e de impedimento à entrada nas hipóteses previstas no art. 11 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

§ 3º A autoridade consular competente ou o Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme o caso, deverá comunicar à FIFA a decisão de denegar os vistos e as autorizações requeridos quando a medida decorrer de razões de segurança nacional, mediante explicação razoável das razões relevantes, observado o disposto nos art. 12 e art. 14 desta Lei.

§ 4º O Ministério das Relações Exteriores deverá editar, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data publicação desta Lei, norma específica que estabeleça procedimentos simplificados e eletrônicos para a concessão dos vistos (e-visa) temporários e de visita de que trata esta Lei, dispensada, nesses casos, a aposição da etiqueta consular no documento de viagem do requerente.

Art. 16. Para cumprimento do disposto neste Capítulo, a Polícia Federal deverá estabelecer procedimentos específicos e céleres para a entrada e a saída do território nacional, assegurada prioridade nos postos de controle migratório para os beneficiários das dispensas, dos vistos e das autorizações de residência laboral previstas nos art. 12, art. 13 e art. 14.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

Art. 17. Todos os trabalhadores, incluídos migrantes, direta ou indiretamente empregados, contratados ou de outra forma envolvidos com a



organização, a realização, a execução dos eventos oficiais, as atividades de legado ou outras ações executadas após a conclusão da competição, serão tratados de forma igualitária.

Art. 18. Considerada a peculiaridade da competição, as subsidiárias da FIFA ficam autorizadas a contratar empregados mediante contrato de trabalho por prazo determinado, cuja duração poderá:

I - a critério da FIFA, prever duas prorrogações sucessivas ou ser firmado por prazo contínuo e ininterrupto desde a data de contratação até 31 de dezembro de 2027, após o período de experiência de até noventa dias; ou

II - estabelecer um banco de horas, na forma prevista no art. 59, § 2º e § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com período de duração coincidente com a integralidade do prazo contratual.

Art. 19. Durante o período de um ano antes da partida de abertura da competição até um mês após a partida de encerramento da competição, bem como no período de seis meses antes do início de outros eventos oficiais até um mês após a sua conclusão, todos os trabalhadores, empregados direta ou indiretamente para preparação, organização, realização ou execução de qualquer evento oficial, inclusive os integrantes da delegação da FIFA, das delegações das seleções e os representantes de mídia, estarão sujeitos às seguintes condições especiais de trabalho:

I - a jornada de trabalho seguirá o disposto no art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, permitido o acréscimo de horas extras, nos termos do disposto na Seção II do Capítulo II do Título II da referida Consolidação, respeitado o pagamento dos respectivos adicionais e atendidas as medidas de prevenção relativas aos riscos ocupacionais da atividade exercida, de acordo com o disposto na legislação;

II - as atividades exercidas entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte serão consideradas trabalho noturno e



remuneradas com o respectivo adicional, de acordo com o disposto na legislação;

III - o descanso semanal remunerado será concedido nos termos do disposto no art. 68 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

IV - o intervalo entre jornadas será de, no mínimo, dez horas nos dias de realização das partidas ou do evento oficial, no dia anterior e no dia subsequente;

V - os feriados nacionais, distritais, estaduais ou municipais estabelecidos em dias de partida ou em razão dos eventos oficiais não se aplicam aos empregados da FIFA; e

VI - os ocupantes de cargo de confiança ou gestão ficarão dispensados do controle de jornada.

§ 1º As condições especiais previstas neste artigo aplicam-se imediatamente a todos os contratos de trabalho em vigor, inclusive àqueles firmados anteriormente à data de publicação desta Lei.

§ 2º As condições especiais previstas neste artigo não se aplicam a outras empresas ou trabalhadores, em particular àqueles envolvidos em conexão com:

I - a construção e a operação de infraestruturas gerais, tais como aeroportos e estações ferroviárias, entre outras;

II - a construção de estádios ou outros locais oficiais; ou

III - a construção e a operação de hotéis.

§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego deverá editar, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Lei, norma específica para designar ponto de contato único responsável pela interlocução com a FIFA quanto às condições especiais previstas neste artigo.

§ 4º As condições especiais regulamentadas por esta Lei prevalecerão sobre acordos coletivos ou convenções coletivas de trabalho.



§ 5º Para fins do disposto no inciso III do caput, a FIFA fica expressamente autorizada a executar atividades aos domingos, independentemente do gênero, do cargo ou da posição ocupada pelo trabalhador, garantida a remuneração em dobro quando o trabalho ao domingo não for compensado por outro dia de folga.

§ 6º Para fins do disposto no inciso V do caput, a remuneração em dobro será garantida ao trabalhador quando o trabalho nos feriados não for compensado por outro dia de folga.

Art. 20. Fica autorizada a prestação de serviço voluntário, que constituirá atividade não remunerada, por pessoa natural, para auxiliar a FIFA na preparação, na organização, na realização ou na execução dos eventos oficiais, independentemente de a respectiva entidade da FIFA estar constituída como pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins lucrativos, e para o exercício de qualquer função, observado o disposto neste artigo.

§ 1º O serviço voluntário a que se refere o caput:

I - não gerará vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim para o tomador do serviço voluntário; e

II - será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade contratante e o voluntário, no qual deverão constar o objeto e as condições de seu exercício.

§ 2º A concessão de meios para a prestação do serviço voluntário, a exemplo de transporte, alimentação e uniformes, não descaracterizará a gratuidade do serviço voluntário.

§ 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário, e poderá receber brindes, prêmios simbólicos ou materiais promocionais de caráter institucional ou comemorativo, ofertados pela FIFA, sem descaracterização do serviço voluntário.

Art. 21. Para fins do disposto nesta Lei, o serviço voluntário a ser prestado por pessoa natural à entidade pública de qualquer natureza ou



instituição privada de fins não lucrativos observará as disposições da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Parágrafo único. A minuta descritiva do Programa de Voluntários da FIFA deverá ser enviada, para conhecimento, para o ponto de contato único responsável pela interlocução com a FIFA, conforme o disposto no art. 19, § 3º, desta Lei, com antecedência mínima de trinta dias de sua divulgação pública.

CAPÍTULO VI

DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA UNIÃO

Seção I

Disposições gerais

Art. 22. A União coordenará as ações governamentais necessárias à realização dos eventos oficiais e à implementação dos direitos, das garantias e das vedações estabelecidos nesta Lei, em colaboração com o Distrito Federal, com os Estados e com os Municípios que sediarão a competição e os eventos oficiais, e com as demais autoridades competentes.

Art. 23. A União, observadas as competências dos entes federativos, atuará em cooperação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as demais autoridades de segurança pública dos entes federativos que sediarem os eventos oficiais, com a finalidade de coibir a prática das condutas vedadas em norma vigente para a Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 sobre sanções civis.

Art. 24. A União adotará as medidas necessárias para assegurar o controle aduaneiro adequado nas fronteiras, inclusive por meio da designação de número suficiente de servidores, com a finalidade de fiscalizar a entrada no País e coibir a importação de produtos falsificados relacionados aos eventos oficiais.

Art. 25. Os produtos apreendidos por violação ao disposto nesta Lei poderão ser destruídos, incorporados ao patrimônio público ou doados a entidades sem fins lucrativos, desde que previamente



descaracterizados, de modo a evitar qualquer associação ou possibilidade de confundi-los com a marca registrada ou os símbolos oficiais, quando houver, ou mediante autorização do titular dos respectivos direitos, observadas as normas específicas da legislação brasileira aplicável à matéria.

Art. 26. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão a competição e os eventos oficiais, e com as demais autoridades competentes, para assegurar que, em qualquer evento oficial, os locais oficiais, em especial os estádios, estejam disponíveis, inclusive quanto ao uso de seus assentos, para uso exclusivo da FIFA.

Art. 27. A União, observada a legislação fiscal e as responsabilidades previstas em instrumentos próprios, disponibilizará, para a realização dos eventos oficiais, os seguintes serviços públicos essenciais:

- I - segurança;
- II - saúde e serviços médicos;
- III - vigilância sanitária; e
- IV - alfândega.

§ 1º A União, por intermédio da administração pública federal, direta ou indireta, poderá disponibilizar, por meio de instrumento próprio, os serviços de telecomunicação e de tecnologia da informação necessários para a realização dos eventos.

§ 2º É dispensável a licitação para a contratação, pela administração pública federal, direta ou indireta, da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás ou de empresa por ela controlada, para executar os serviços previstos no § 1º.

§ 3º A União adotará as medidas necessárias para assegurar o controle sanitário adequado nas fronteiras com a finalidade de reduzir ou eliminar o risco de introdução ou disseminação de doenças e agravos à saúde relacionados aos eventos oficiais.

Art. 28. Durante a realização dos eventos oficiais, esgotadas as alternativas de uso de aeródromos civis, os aeródromos militares poderão ser utilizados, em caráter excepcional e devidamente motivado, para embarque e



desembarque de passageiros e cargas, trânsito e estacionamento de aeronaves civis, ouvidos o Ministério da Defesa e os demais órgãos do setor aéreo brasileiro, mediante termo de cooperação próprio, que deverá prever recursos para o custeio das referidas operações, observadas as condicionantes militares e aduaneiras e as prescrições da autoridade aeronáutica previstas no art. 28, § 3º, da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Art. 29. As autoridades aeronáuticas deverão estimular a utilização dos aeroportos nas cidades limítrofes aos Municípios que sediarão os eventos oficiais.

Art. 30. Selo de sustentabilidade será concedido às empresas e às entidades fornecedoras dos eventos oficiais que apresentarem programa de sustentabilidade ambiental.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima disporá sobre as normas e os critérios a serem observados pelas entidades organizadoras do evento, para fins de concessão do selo de sustentabilidade de que trata o caput.

Seção II

Das medidas de proteção e segurança

Art. 31. A União desenvolverá e implementará, nos termos do disposto nesta Lei, em cooperação com as autoridades competentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que sediarão os eventos oficiais e que receberão as autoridades da FIFA, um protocolo integrado de segurança e proteção dos eventos oficiais, que deverá conter as informações, os procedimentos e as medidas de segurança para garantir o mais alto padrão de segurança e proteção aos eventos oficiais.

§ 1º O Poder Executivo federal deverá adotar as medidas necessárias para assegurar que o protocolo integrado de segurança e proteção dos eventos oficiais seja elaborado e acordado com antecedência mínima de doze meses da realização da primeira partida da competição.



§ 2º A Polícia Federal, no exercício de suas competências constitucionais e legais, será responsável pela coordenação nacional do protocolo integrado de segurança e proteção dos eventos oficiais.

§ 3º A Polícia Federal criará força-tarefa nacional de segurança para a Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 – FT-Copa, com autonomia operacional para planejar, executar e supervisionar as ações de segurança, composta por representantes das forças de segurança federal, estaduais, distrital, municipais, órgãos de inteligência e por representante da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo a ser indicado pelo Ministério do Esporte.

Art. 32. Cada Estado-sede dos eventos oficiais reconhecidos pela FIFA poderá instituir comitê de segurança estadual da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, vinculado à FT-Copa, sob coordenação técnica da Polícia Federal.

Parágrafo único. Os comitês estaduais serão compostos, preferencialmente, por representantes das Polícias Militares e Civas, do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil, dos serviços de emergência médica e de outros órgãos locais de segurança conforme estabelecidos em ato regulamentar.

Art. 33. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, às suas respectivas expensas, realizarão verificações de segurança e antecedentes de quaisquer pessoas naturais identificadas pela FIFA, sempre que solicitadas, conforme escopo definido conjuntamente entre o ente público e a FIFA, que será prontamente informada dos resultados da verificação.

Parágrafo único. A União adotará, no âmbito de suas competências, as medidas necessárias para realizar as verificações previstas no caput.

Art. 34. A União implementará, no âmbito de suas competências, todas as medidas necessárias para garantir o mais elevado padrão de segurança aos eventos oficiais, incluída a proteção de todas as pessoas que participarem, assistirem ou estiverem envolvidas na preparação, na organização, na hospedagem ou na realização dos eventos oficiais.



Art. 35. Deverão ser disponibilizadas, às custas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de suas competências, as forças públicas de segurança necessárias para a segurança e a proteção dos eventos oficiais, incluídas as medidas de segurança da informação e cibernética.

§ 1º As Forças Armadas poderão ser empregadas para a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem, na forma prevista em sua legislação de regência.

§ 2º A União, em cooperação com os entes federativos, assegurará, por meio dos órgãos competentes, a disponibilização das escoltas policiais necessárias às delegações das seleções, aos árbitros indicados pela FIFA e aos membros da delegação da FIFA.

§ 3º A União, em cooperação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, deverá adotar as medidas necessárias, no âmbito de suas competências, para que todos os profissionais de segurança sejam treinados quanto ao uso comedido e proporcional da força, à minimização dos danos e lesões, ao respeito e à preservação da vida humana e à garantia de assistência médica a qualquer pessoa ferida e afetada o mais rapidamente possível, nos termos do disposto na Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, e no art. 3º, no art. 4º, caput, inciso IX, no art. 5º, caput, incisos IV e XI, e no art. 7º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

§ 4º Caberá à Polícia Federal, no âmbito de suas competências, estabelecer procedimentos específicos para os prestadores de serviço de segurança pública, em conformidade com o disposto no § 3º.

Art. 36. Para cumprimento das medidas de proteção e segurança de competência da União, a FIFA deverá fornecer as informações necessárias, as quais serão definidas conjuntamente por ambas.

Parágrafo único. A forma de compartilhamento dos dados será definida conjuntamente pela União e pela FIFA, observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CAPÍTULO VII



DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA UNIÃO

Art. 37. A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, na forma prevista no art. 37, § 6º, da Constituição, em razão do descumprimento de suas obrigações legais ou contratuais.

Parágrafo único. A União reconhece o direito de reembolso à FIFA por quaisquer valores que esta venha a desembolsar em decorrência do descumprimento, por parte da própria União, de deveres legais ou contratuais.

Art. 38. A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha decorrido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos, exceto se e na medida em que a FIFA ou a vítima houver concorrido para a ocorrência do dano.

Parágrafo único. A União ficará sub-rogada em todos os direitos decorrentes dos pagamentos efetuados contra aqueles que, por ato ou omissão, tenham causado os danos ou tenham para eles concorrido, hipótese em que o beneficiário deverá fornecer os meios necessários ao exercício desses direitos.

Art. 39. A União poderá constituir garantias ou contratar seguro privado, ainda que internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura de riscos relacionados aos eventos oficiais.

CAPÍTULO VIII

DA CONCESSÃO DO PRÊMIO

Art. 40. Fica autorizada, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, a concessão de prêmio às jogadoras, titulares ou reservas, da seleção brasileira feminina de futebol que conquistaram a medalha de bronze no 1988 FIFA *Women's Invitation Tournament* e que participaram da Copa do Mundo Feminina FIFA em 1991.

Parágrafo único. O prêmio será pago, uma única vez, no valor fixo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a cada jogadora.



Art. 41. Na ocorrência de óbito da jogadora, os sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial expedido a requerimento dos interessados, independentemente de inventário ou arrolamento, poderão ser habilitados para receber os valores do prêmio de que trata o art. 40 proporcionais à sua cota-parte.

Art. 42. Compete ao Ministério do Esporte proceder ao pagamento do prêmio de que trata o art. 40.

Art. 43. As despesas decorrentes do disposto neste Capítulo correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério do Esporte.

CAPÍTULO IX

DA PROTEÇÃO E DA EXPLORAÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS

Art. 44. A FIFA é a titular exclusiva de todos os direitos de exploração comercial do nome, símbolos oficiais, marcas, *slogans*, imagens, direitos de mídia, direitos de *marketing*, ingressos e das demais propriedades intelectuais dos eventos oficiais.

§ 1º A FIFA poderá usar, exercer e fruir, livre e plenamente, dos direitos referidos no *caput*.

§ 2º A publicidade e a exploração comercial dos direitos da FIFA, de seus parceiros comerciais e de suas contratadas, nos locais oficiais, não se sujeitarão a restrições legais relativas à publicidade, à sinalização, à promoção, à venda, à distribuição ou ao consumo de produtos ou serviços.

§ 3º O disposto no *caput* não se aplica a propriedades intelectuais, marcas, símbolos oficiais, mascotes, denominações, *slogans*, campanhas, personagens ou quaisquer ativos imateriais de titularidade do Governo federal, os quais permanecem regidos pela legislação própria, inclusive quando utilizados para fins de publicidade institucional, comunicação de utilidade pública ou divulgação de políticas públicas, ainda que realizados no contexto ou no âmbito dos eventos oficiais.



§ 4º Para fins do disposto no § 3º, é expressamente autorizado o uso, pelo Governo federal, de seus símbolos, marcas, personagens ou mascotes institucionais, inclusive aqueles criados especificamente para ações governamentais, em ativações, campanhas educativas, informativas ou de interesse público realizadas nos eventos oficiais, desde que não haja exploração comercial nem associação promocional com marcas ou produtos de terceiros.

Art. 45. As atividades de patrocínio, a promoção de marcas e a venda de produtos, incluindo bebidas alcoólicas, ficam autorizadas em locais oficiais, inclusive na FIFA Fan Festival, nos locais das competições e nas respectivas transmissões, realizadas pela FIFA ou por seus parceiros comerciais, no território nacional, nos termos desta Lei.

Art. 46. Em atendimento ao disposto no art. 220 da Constituição, a proteção aos direitos comerciais e de *marketing* previstos nesta Lei não implica autorização, dispensa ou flexibilização de normas sanitárias, ou ao disposto nos artigos 36 a 38 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), e nos artigos 74 a 81 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Seção I

Da proteção especial à propriedade industrial relacionada aos eventos oficiais

Art. 47. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI promoverá a anotação, em seus cadastros, do alto renome das marcas que consistam nos seguintes símbolos oficiais de titularidade da FIFA, nos termos do disposto no art. 125 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996:

I - emblema FIFA;

II - emblemas e marcas da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, tanto na língua portuguesa como suas traduções, ou de outros eventos oficiais;

III - mascotes oficiais da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027; e



IV - outros símbolos oficiais de titularidade da FIFA, indicados pela referida entidade em lista a ser protocolada no INPI, que poderá ser atualizada a qualquer tempo.

Art. 48 O INPI promoverá a anotação, em seus cadastros, das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA, nos termos do disposto no art. 126 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, conforme lista fornecida e atualizada pela FIFA.

Art. 49 As anotações do alto renome e das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA produzirão efeitos até 31 de dezembro de 2027, sem prejuízo das anotações realizadas antes da data de publicação desta LEI.

§ 1º Durante o período previsto no caput, observado o disposto nos art. 51 e art. 52:

I - o INPI não requererá à FIFA a comprovação da condição de alto renome de suas marcas ou da caracterização de suas marcas como notoriamente conhecidas; e

II - as anotações de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA serão automaticamente excluídas do sistema de marcas do INPI apenas no caso da renúncia total a que se refere o art. 142 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 2º A concessão e a manutenção das proteções especiais das marcas de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas deverão observar as leis e os regulamentos aplicáveis no Brasil após o término do prazo estabelecido no caput.

Art. 50 O INPI deverá dar ciência das marcas de alto renome ou das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, para fins de rejeição, de ofício, e de registros de domínio que empreguem expressões ou termos idênticos às marcas da FIFA ou similares.

Art. 51 O INPI adotará regime especial para os procedimentos relativos a pedidos de registro de marca relacionados à competição



apresentados pela FIFA, diretamente ou por pessoas naturais ou jurídicas parceiras que atuem em seu nome, inclusive subsidiárias, parceiros comerciais ou contratadas, desde que formalmente autorizadas pela FIFA, até 31 de dezembro de 2027.

Parágrafo único. A FIFA encaminhará ao INPI, previamente e sempre que houver atualização, lista de todos os pedidos de registro de marca depositados pela entidade, diretamente ou por pessoas naturais ou jurídicas parceiras que atuem em seu nome, inclusive subsidiárias, parceiros comerciais ou contratadas, para fins de aplicação do regime especial previsto no caput.

Art. 52. Da decisão de indeferimento dos pedidos de que trata o art. 51 caberá recurso ao Presidente do INPI no prazo de quinze dias, contado da data de publicação da decisão.

§ 1º As partes interessadas serão notificadas para apresentar suas contrarrazões ao recurso no prazo de quinze dias.

§ 2º O Presidente do INPI decidirá o recurso no prazo de vinte dias, contado do término do prazo referido no § 1º.

Art. 53. O disposto no art. 51, parágrafo único, e no art. 52 aplicam-se também aos pedidos de registro de marca relacionados à competição, pendentes de exame no INPI.

Art. 54. Nos casos em que tratados ou acordos internacionais firmados pela República Federativa do Brasil estabelecerem prazos divergentes daqueles previstos nos art. 51 e art. 52, prevalecerão os prazos fixados pelos tratados ou acordos internacionais.

Art. 55. O INPI deverá editar, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Lei, ato para estabelecer procedimentos de exame prioritário para pedidos de registro de desenho industrial e concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade, relacionados à competição, apresentados pela FIFA ou por pessoas naturais ou jurídicas que atuem em seu nome, inclusive subsidiárias, parceiros comerciais ou contratadas, desde que formalmente autorizadas por ela.



Parágrafo único. A FIFA encaminhará ao INPI, previamente e sempre que houver atualização, lista de todos os pedidos de registro de desenhos industriais e patentes de invenção e de modelo de utilidade depositados pela entidade, diretamente ou por pessoas naturais ou jurídicas parceiras que atuem em seu nome, inclusive subsidiárias, parceiros comerciais ou contratadas, para fins de aplicação do regime especial previsto no caput.

Seção II

Das áreas de restrição comercial e das vias de acesso

Art. 56. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os eventos oficiais, bem como com as demais autoridades competentes, para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade, inclusive publicidade exterior, ou realizar propaganda de produtos e serviços, entre outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos locais oficiais, nas áreas destinadas ao FIFA Fan Festival.

§ 1º Os limites das áreas de restrição comercial relacionadas aos locais oficiais e às áreas destinadas ao FIFA Fan Festival serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente.

§ 2º No dia imediatamente anterior e nos dias de realização das partidas, as áreas delimitadas na forma prevista no § 1º deverão permanecer livres de quaisquer atividades que possam comprometer a segurança das partidas, a operação dos sistemas de transporte ou a logística vinculada à realização das partidas.

§ 3º A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos locais oficiais não prejudicará as atividades ordinárias dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, desde que não tenham associação aos eventos oficiais e observado o disposto no art. 170 da Constituição.

Art. 57. A União deverá atuar, no âmbito de suas competências constitucionais e legais, junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que sediarão os eventos oficiais, com vistas a viabilizar a adoção de medidas administrativas e outras medidas legais, no âmbito de cada ente federativo, necessárias à concessão à FIFA, aos parceiros comerciais da



FIFA, à emissora fonte da FIFA e às contratadas da FIFA, das autorizações e exceções necessárias para permitir a comercialização de seus produtos e serviços, inclusive bebidas alcoólicas.

Seção III

Da captação de imagens ou sons, da radiodifusão e do acesso aos locais oficiais

Art. 58. A FIFA é a titular exclusiva de todos os direitos relacionados às imagens, aos sons e às outras formas de expressão relacionadas aos eventos oficiais, que abrangem a prerrogativa privativa de explorar, negociar, autorizar e proibir a captação, fixação, emissão, transmissões, retransmissões e a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo.

Parágrafo único. A veiculação de imagens, sons ou qualquer outra forma de expressão relacionada aos eventos oficiais em qualquer meio, inclusive na internet ou em plataformas digitais, deve respeitar integralmente os direitos assegurados à FIFA nos termos do disposto nesta Lei.

Art. 59. O credenciamento para acesso aos locais oficiais, inclusive em relação aos representantes de mídia, será realizado exclusivamente pela FIFA, conforme termos e condições por ela estabelecidos.

§ 1º A FIFA deverá divulgar manual com os critérios de credenciamento de que trata o caput, respeitados os princípios da publicidade e da impessoalidade.

§ 2º As credenciais conferem apenas o acesso aos locais oficiais e aos eventos oficiais e não implicam o direito de captar, por qualquer meio, imagens ou sons dos eventos oficiais.

Art. 60. A autorização para captar imagens ou sons de quaisquer eventos oficiais será exclusivamente concedida pela FIFA, inclusive em relação aos representantes de mídia.



Art. 61. A transmissão, a retransmissão ou a exibição, por qualquer meio de comunicação, de imagens ou sons, das partidas ou dos eventos oficiais somente poderão ser feitas mediante prévia e expressa autorização da FIFA.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no art. 58, após o fim do evento oficial, a FIFA disponibilizará flagrantes de imagens dos eventos oficiais aos veículos de comunicação interessados em sua retransmissão, em alta definição (HDTV) ou em ultra alta definição (UHDTV), observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - que o flagrante seja de partida, de cerimônia de abertura da competição, de cerimônia de encerramento da competição ou do sorteio da competição;

II - que a retransmissão seja restrita a vinte e quatro horas após o evento oficial e se destine exclusivamente à inclusão em noticiário, sempre com finalidade informativa, proibida a associação dos flagrantes de imagens a qualquer forma de patrocínio, promoção, publicidade ou atividade de marketing;

III - que a duração da exibição dos flagrantes observe o limite de tempo de trinta segundos para qualquer evento que seja realizado de forma pública e cujo acesso seja controlado pela FIFA, exceto quanto às partidas, para as quais prevalecerá o limite de 3% (três por cento) do tempo da partida;

IV - que os veículos de comunicação interessados comuniquem a intenção de ter acesso ao conteúdo dos flagrantes de imagens dos eventos, por escrito, até setenta e duas horas antes do evento, à FIFA ou à pessoa por ela indicada; e

V - que a retransmissão ocorra somente na programação dos canais distribuídos exclusivamente no território nacional.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, a FIFA ou a pessoa por ela indicada deverá preparar e disponibilizar aos veículos de comunicação interessados, no mínimo, seis minutos dos principais momentos das partidas ou dos eventos oficiais, em definição padrão (SDTV), em alta definição (HDTV), ou em ultra alta definição (UHDTV), logo após a edição das imagens e dos



sons e em prazo não superior a seis horas após o fim dos eventos oficiais, sendo que deste conteúdo o interessado deverá selecionar trechos nos limites estabelecidos neste artigo.

§ 3º No caso das redes de programação básica de televisão, o conteúdo a que se refere o § 2º será disponibilizado à emissora geradora de sinal nacional de televisão e poderá ser por ela distribuído para as emissoras que veiculem sua programação, as quais:

I - serão obrigadas ao cumprimento dos termos e das condições estabelecidos neste artigo; e

II - somente poderão utilizar, em sua programação local, a parcela a que se refere o inciso III do § 1º, selecionada pela emissora geradora de sinal nacional.

§ 4º O material selecionado para exibição nos termos do disposto no § 2º deverá ser utilizado apenas pelo veículo de comunicação solicitante e não poderá ser utilizado fora do território nacional.

§ 5º Os veículos de comunicação solicitantes não poderão, em momento algum:

I - praticar, organizar, aprovar, realizar ou patrocinar qualquer atividade promocional, publicitária ou de marketing associada às imagens ou aos sons contidos no conteúdo disponibilizado nos termos do disposto no § 2º; e

II - obter vantagem econômica ou explorar comercialmente o conteúdo disponibilizado nos termos do disposto no § 2º, inclusive em programas de entretenimento, documentários, plataformas digitais, sítios eletrônicos ou qualquer outra forma de veiculação de conteúdo.

Seção IV

Das sanções civis

Art. 62. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, aquele que praticar, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, as condutas relacionadas a seguir, entre outras, observadas as disposições da Lei



nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, fica obrigado a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido de:

I - atividades de publicidade, inclusive oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de produtos de marca, panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário nos locais oficiais, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 56 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

II - publicidade ostensiva fixa ou móvel, inclusive em veículos automotores, estacionados ou em circulação pelos locais oficiais, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 56 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

III - publicidade aérea ou náutica, inclusive por meio do uso de balões, aeronaves, drones ou embarcações, nos locais oficiais, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 56 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

IV - utilizar, reproduzir, transmitir, exibir ou se apropriar da propriedade intelectual dos eventos oficiais;

V - exibição pública das partidas por qualquer meio de comunicação em local público ou privado de acesso público associada à promoção comercial de produto, marca ou serviço ou em que seja cobrada admissão;

VI - reproduzir, transmitir, retransmitir, exibir ou de qualquer forma divulgar, por meio de canais de comunicação, plataformas digitais, sítios eletrônicos ou por qualquer outro meio ou tecnologia, as imagens, os sons, os flagrantes previstos no art. 61, § 1º, ou demais formas de expressão dos eventos oficiais;

VII - registro, uso ou manutenção de nome de domínio na internet que contenha, no todo ou em parte, qualquer símbolo oficial ou da propriedade intelectual dos eventos oficiais;

VIII - venda, oferecimento, transporte, ocultação, exposição à venda, negociação, desvio ou transferência de ingressos, convites ou qualquer



outro tipo de autorização ou credencial para os eventos oficiais de forma onerosa, inclusive por meio de plataformas digitais, ressalvada a revenda por meio da plataforma de revenda oferecida pela FIFA; e

IX - uso de ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os eventos oficiais para fins de publicidade, venda ou promoção, como benefício, brinde, prêmio de concursos, competições ou promoções, como parte de pacote de viagem ou hospedagem, ou a sua disponibilização ou o seu anúncio para esses propósitos.

§ 1º O valor da indenização prevista neste artigo será calculado de maneira a englobar qualquer dano sofrido pela parte prejudicada, incluídos os lucros cessantes e qualquer proveito obtido pelo autor da infração.

§ 2º Serão solidariamente responsáveis pela reparação dos danos referidos no caput todos aqueles que realizarem, organizarem, autorizarem, aprovarem ou patrocinarem a exibição pública a que se refere o inciso V do caput.

Art. 63. Caso não seja possível estabelecer o valor dos danos, dos lucros cessantes ou da vantagem ilegalmente obtida, a indenização decorrente dos atos ilícitos previstos no art. 62 corresponderá ao valor que o autor da infração teria pago ao titular do direito violado para que lhe fosse permitido explorá-lo regularmente, acrescido de juros desde a data da infração e de multa razoável, com base nos parâmetros contratuais geralmente usados pelo titular do direito violado.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 64. A União será obrigatoriamente intimada nas causas demandadas contra a FIFA, os seus representantes legais, empregados ou consultores, cujo objeto verse sobre as hipóteses estabelecidas nos art. 37 e art. 38, para que informe se possui interesse em integrar a lide.

Art. 65. As controvérsias entre a União e a FIFA, os seus representantes legais, empregados ou consultores, cujo objeto verse sobre os eventos oficiais, poderão, caso as partes assim acordem, ser resolvidas pela



Advocacia-Geral da União, em sede administrativa, mediante conciliação, se conveniente às partes.

Parágrafo único. A validade de termo de conciliação que envolver o pagamento de indenização será condicionada:

I - à sua homologação pelo Advogado-Geral da União; e

II - à divulgação de resumo do objeto do acordo, após a homologação, no Diário Oficial da União, e à manutenção de seu inteiro teor, por prazo mínimo de cinco dias úteis, no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União.

Art. 66. Durante a Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, a União poderá declarar como feriados nacionais os dias em que houver jogo da seleção brasileira de futebol.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarem os eventos oficiais poderão declarar como feriado ou ponto facultativo os dias em que ocorrerem em seu território.

Art. 67. Os sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre de 2027, nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027.

Art. 68. A exploração de apostas de quota fixa relacionadas aos eventos oficiais no território nacional realizadas pela FIFA, por parceiros comerciais da FIFA ou por contratadas da FIFA, será autorizada pelo Ministério da Fazenda, nos termos do disposto nesta Lei, e observados os requisitos materiais previstos na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na legislação correlata.

§ 1º O Ministério da Fazenda deverá editar, no prazo de até noventa dias, contado da data de publicação desta Lei, norma específica para dispor sobre procedimento célere e exame prioritário para os referidos pedidos de autorização.



§ 2º O Ministério da Fazenda admitirá outorga tanto pelo período regular previsto na legislação específica quanto em período coincidente com a duração do evento, assegurada, neste último caso, a aplicação de taxas, valores de reserva financeira e de outorga proporcionais aos costumeiramente aplicáveis, conforme estabelecido na norma prevista no § 1º.

Art. 69. Ficam autorizadas, no território nacional, nos termos do disposto nesta Lei, independentemente da autorização de que trata o art. 68, as atividades de patrocínio e a divulgação de marcas de empresas de jogos e apostas, na qualidade de patrocinadores dos eventos oficiais, realizadas pela FIFA, por parceiros comerciais da FIFA ou por contratadas da FIFA por qualquer meio, físico, digital ou virtual, desde que não sejam destinadas à oferta de apostas no território nacional.

§ 1º As limitações previstas no art. 17, caput, inciso I, da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, não se aplicam aos eventos oficiais, nas condições estabelecidas no caput deste artigo.

§ 2º A FIFA exigirá contratualmente de seus parceiros comerciais ou de suas contratadas que não possuam a autorização prevista na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, a adoção de medidas razoáveis e eficazes para assegurar que cidadãos brasileiros e estrangeiros no território nacional não tenham acesso às aplicações de internet que estejam sujeitas ao disposto neste artigo e que ofereçam jogos e apostas.

§ 3º O descumprimento do disposto no § 2º implicará responsabilização contratual, sem prejuízo da adoção, pelas autoridades competentes, das medidas cabíveis nos termos da legislação aplicável.

Art. 70. O disposto no art. 4º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, não se aplica aos eventos oficiais de que trata esta Lei.

Art. 71. As disposições desta Lei prevalecem sobre as normas gerais que abordem os temas nela tratados.

Parágrafo único. Aplicam-se subsidiariamente as disposições das seguintes Leis:



I - Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, aos eventos de que trata esta Lei;

II - Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;

III – Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998; e

IV – Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 72. Ficam autorizados, nos eventos oficiais, a execução dos hinos nacionais e o hasteamento ou a exibição das bandeiras nacionais de todos os países representados pelas associações estrangeiras membros da FIFA.

Parágrafo único. As disposições da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, não se aplicam à competição ou aos eventos oficiais de que trata esta Lei.

Art. 73. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:

I - em 24 de junho de 2026, quanto ao Capítulo VIII; e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Art. 74. Fica revogada a Medida Provisória nº 1.335, de 23 de janeiro de 2026.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2026.

Deputada GLEISI HOFFMANN

Relatora

